



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### I – CONTRATANTE (UASG 927861)

**FOZ PREVIDÊNCIA**, inscrita no CNPJ sob n.º 08.322.648/0001-96, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 85, Centro, Foz do Iguaçu-PR, representada por seu Diretor Superintendente, que ao final assina este .

#### II – OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, compreendendo a elaboração e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR**, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – **ASO** e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – **LTCAT**.

#### III – VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 3.731,04**(três mil setecentos e trinta e um reais e quatro centavos)

#### IV – DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**DIA 08/07/2026 às 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

#### V - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**MENOR PREÇO.**

#### VI - MODO DE DISPUTA

**ABERTO.**

#### VII - PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM .**





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

## SUMÁRIO

1. OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16
8. DOS RECURSOS .....	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	24
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	27
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	28





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

A **FOZ PREVIDÊNCIA**, inscrita no CNPJ sob n.º 08.322.648/0001-96, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 85, Centro, Foz do Iguaçu-PR, representada por seu Diretor Superintendente, conforme autorização expedida no Processo nº **31913/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº32.398/2024, Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar Municipal nº 229, de 2014 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

Será Pregoeira a servidora **Kellyn Ligiany da Silva Linke**, matrícula **17.71**, auxiliada pelo servidor **Hector Emanuel Cristaldo Rodrigues**, matrícula **42.71**, nomeados pela Portaria nº 11.232 de 31 de março de 2026.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.gov.br/compras**, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ATÉ 8h59min DO DIA 08/07/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	9h DO DIA 08/07/2026

### 1. OBJETO.

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, compreendendo a elaboração e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR**, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – **ASO** e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – **LTCAT**.

### 1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO VALOR ESTIMADO.

GRUPO DE ITENS		Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	8800	<b>PGR</b> - Programa de Gerenciamento de Riscos	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
2	8818	<b>PCMSO</b> - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
3	22373	<b>ASO</b> - Atestado de Saúde Ocupacional	45 (estimado)	R\$ 45,18	R\$ 2.033,10
4	19917	<b>LTCAT</b> - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	1	R\$ 697,94	R\$ 697,94
VALOR MÁXIMO DO GRUPO DE ITENS					<b>R\$3.731,04</b>

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto, descritas no (**catser** /**catmat**) Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

as últimas.

1.3. A licitação será realizada em **Grupo de Itens** conforme **Estudo técnico preliminar** e **Termo de Referência**.

1.4. O valor total da contratação é de **(R\$ 3.731,04)**, sendo este o valor máximo para este certame, conforme descrito na tabela acima com quantitativos e com **VALOR MÁXIMO DO GRUPO DE ITENS** a ser aceito como proposta de preço a ser pago.

1.5. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados: as seguintes: **40.001.09.272.0230.2.195.3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros/Pessoa Jurídica**.

1.6. Os valores especificados pela licitante vencedora vinculam esta no contrato administrativo quando da contratação.

1.7. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze)** meses, contados a partir da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A empresa vencedora terá o prazo de **5 (cinco)** dias para assinar e encaminhar o contrato à Fozprev, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação por e-mail.

1.7. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que, após a etapa de lances possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos aqui estabelecidos e não houver negociação para redução.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O Pregão é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Redação acrescida pela Lei nº 14.133/2021)

2.5.1. Aplicam-se adicionalmente ao presente Pregão Eletrônico as disposições relativas à margem de preferência e à prioridade de contratação previstas no art. 155 e 154 do Decreto Municipal 32.398/2024, bem como no art. 50-A da Lei Complementar Municipal nº 229/2014, assegurando tratamento diferenciado às empresas locais em condições de empate ou até o limite de 10% da melhor proposta, em consonância com os princípios da vantajosidade, competitividade e desenvolvimento econômico local.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A comprovação deste item se fará por declaração emitida pela licitante.

2.6.1. Apresentação de declaração inverídica acarretará a abertura de processo administrativo sancionatório, além do envio ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para apuração de potencial infração penal e administrativa.

### 2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; No Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), Sistema Integrado de Registro do – **CEIS**.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas ou Sociedade controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7 alínea “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7 alínea “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



2.11. O disposto nos itens 2.7 alínea “b” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988](#);

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988](#);





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:







## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, com valor **MÁXIMO DO GRUPO DE ITENS**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A proposta deve ser elaborada, observando rigorosamente as instruções contidas no Edital, e conforme modelo **ANEXO II**.

4.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.6. Caso a Contratada não seja optante pelo Simples Nacional, será realizada a retenção de Imposto de Renda na fonte conforme alíquotas previstas na Instrução Normativa 1234/2012 da Receita Federal do Brasil – RFB e nos termos do Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 31.634, de 31 de julho de 2023.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, apuração das responsabilidades; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

a) Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser: **R\$ 5,00 (cinco reais)**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de **(10) dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **(2) dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

**Foz Previdência - FOZPREV**

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. O licitante deverá apresentar a proposta adequada ao último lance.

e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

### 5.18. DA PREFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCAIS – LC nº 229/2014 E JUSTIFICATIVA.

5.18.1. aplicar-se ao presente Pregão Eletrônico as disposições relativas à margem de preferência e à prioridade de contratação previstas no **art. 155 e 154 do Decreto Municipal 32.398/2024**, bem como no art. 50-A da **Lei Complementar Municipal nº 229/2014**, assegurando tratamento diferenciado às empresas locais<sup>1</sup> em condições de empate ou até o **limite de 10%** da melhor proposta, em consonância com os princípios da vantajosidade, competitividade e desenvolvimento econômico local.

<sup>1</sup> Para fins de âmbito local deve ser considerado o território de Foz do Iguaçu, conforme art. 154, inciso I do Decreto nº 32.398/24.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

5.18.2. A aplicação da Lei Complementar nº229/2014 visa promover, incentivar as microempresas, empresas de pequeno porte ou outras assemelhadas para os fins legais, com vistas a fortalecer o comércio local, em consonância com a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu, Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar Municipal nº 229, de 2014.

## 6. A FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, conforme § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021:

a) SICAF;

b) Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às **ME/EPPs**, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto

14





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

#### 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (previsão da IN 73/2022 – ART. 34)

a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários de Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar sua proposta por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da, sob pena de não aceitação da proposta.







## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

6.11. Erros no preenchimento da planilha/proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha/proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 7.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

f) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

#### **7.5 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no **(CNPJ)** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **(CPF)** Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade **fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

e) Declaração de cumprimento ao disposto no **art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021**.

f) Prova de regularidade com a Fazenda **ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contratual ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda **MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

h) Caso o fornecedor seja considerado **isento** dos tributos **MUNICIPAL/ESTADUAL** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

j) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

### 7.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA.

7.6.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I);

7.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### 7.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

#### 7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. Ao menos 1 (um) **Atestado de capacidade técnica**, fornecida por órgãos públicos, entidade privada, com os quais a contratada mantém ou manteve contrato de Prestação de serviços.

7.7.2. O atestado deverá conter os itens e as respectivas quantidades, bem como, informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor, tais como a data da prestação dos serviços, identificação e contato do contratante, assinatura, dentre outros.

7.7.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.7.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



## Requisito de registros de CRM e CREA

7.7.5. **Cópia do Registro da Empresa junto ao CRM e CREA**, nos termos do art. 1º da Lei Federal 6.839/80 e art. 59 da Lei Federal 5.194/66, respectivamente.

7.7.6. A empresa deverá apresentar, ainda, **Declaração de que possui corpo técnico** suficiente e devidamente capacitado para prestar os serviços previstos no Termo de Referência (o texto da Declaração é livre, devendo constar no mínimo o descrito neste item).

7.7.6. A empresa poderá prestar os serviços por meio de profissional que seja **sócio, empregado ou profissional contratado por contrato particular ou convênio de prestação de serviços**, devendo apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias após o ato da assinatura do contrato, contendo a cópia do **Registro no CRM ou CREA** (cópia da carteira do conselho de classe ou certidão emitida pelo conselho de classe), a depender do caso.

7.8. A exigência de atestado de capacidade técnica para fornecimento de bens e serviços, não é mera formalidade e está subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, que a empresa contratada será capaz de fornecer os bens ou serviços adquiridos. Em consequência, a documentação a ser fornecida deve guardar relação com o objeto pretendido no sentido de que aquisições mais simples demandarão menos comprovações e, contrário sensu, as mais complexas exigirão mais salvaguardas (**acórdão 891/2018-TCU-Plenário**).

7.9 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

c) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

d) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

e) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

f) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

g) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;



h) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.12 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, caso haja previsão no Termo de Referência.

7.13 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

#### 7.14 Da vistoria

7.14.1. A avaliação prévia do local de execução é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Portanto, assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia – presencial ou remota, nos termos do art. 63, da Lei 14133/21.

7.14.2. **para a vistoria presencial**, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.14.3. Para **vistoria remota**, a Contratada agendará com o servidor designado para esse fim





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

data e horário para vídeo conferência e análise de dados e fotos.

7.14.4. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (45) 3523-5393, ou pelo e-mail [woafozprev3@gmail.com](mailto:woafozprev3@gmail.com), a qual deverá ser realizada no horário de expediente da Foz Previdência (8h às 14H) e será acompanhada pela Divisão de Compras e Licitações ou por outro servidor designado.

7.15 A vistoria será realizada no máximo até **3 dias úteis** antes da sessão pública e os agendamentos serão aceitos até **2 dias antes** da vistoria.

7.16 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.17 **A não realização da vistoria** — seja em sua modalidade presencial ou remota — não poderá, sob nenhuma hipótese, ser alegada como justificativa para o redimensionamento da proposta de preços, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro ou para o descumprimento das obrigações contratuais, correndo por conta e risco da licitante eventuais omissões decorrentes da falta de verificação prévia do local de execução dos serviços., devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.18 A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

7.18.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.19 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.19.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.20 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo **de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

7.20.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.21 A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.21.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado ([art. 63, III da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.21.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.22 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência ([Lei 14.133/21, art. 64](#)), para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (observado o item 7.16); e

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.23 O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, nos termos do **Acórdão 1211/2021 do TCU**.

7.24 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

7.25 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.20.1.

7.26 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.27 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o **julgamento das propostas** ou o ato de **habilitação ou inabilitação** do licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o julgamento da proposta ou habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, assinalando a intenção em campo próprio do sistema, o qual será disponibilizado nos dois momentos/fase do certame;

8.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos, devendo o licitante acompanhar as mensagens automáticas do sistema em tempo real**;

8.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.







## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.fozprev.pmfi.pr.gov.br>.

## 9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;







## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

9.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6 Fraudar a licitação;

9.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FozPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **trinta (30) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de **30%** do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar (art. 156, §4º) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3 e 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da



obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis (art. 158), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166).

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167).

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168).

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três)** dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme dispõe art. 164, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [kellyn.fozprev@gmail.com](mailto:kellyn.fozprev@gmail.com).

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2026

### Foz Previdência - FOZPREV

Autorquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://pncp.gov.br/> e endereço eletrônico <https://www.fozprev.pmfi.pr.gov.br>, e pelo contato: [kellyn.fozprev@gmail.com](mailto:kellyn.fozprev@gmail.com).

11.11 Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Foz do Iguaçu/PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação.

11.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

11.12.2 ANEXO II - Modelo de proposta

11.12.3 ANEXO III – Minuta de Contrato

Foz do iguaçu, 17 de julho de 2026.

**REGINALDO ADRIANO DA SILVA**  
Diretor Superintendente



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **FOZPREV - DOCUMENTO PRINCIPAL ANEXADO**

Número: **3.102/2026**

Assunto: **ASSINTURA EDITAL PREGÃO 02-2026 MDC TRABALHO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=998ce653-ca70-4950-a76e-dde2e3902523>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**  
**998ce653-ca70-4950-a76e-dde2e3902523**

**Hash do Documento**

**603199EE89F9CDE439169AEC9902548229530C2CF497A1C727533337A0BD31EB**

## Anexos

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 02\_2026- MDC TRABALHO.pdf - **5e137acd-14cc-47fb-b9f6-e9e4d7277c5d**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/06/2026 é(são) :

REGINALDO ADRIANO DA SILVA (Signatário) - CPF: \*\*\*04207968\*\* em 17/06/2026 14:08:07 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



**A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:**

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

## DESPACHOS

**NENHUM DESPACHO REALIZADO**





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

PROCESSO: PROTOCOLO Nº 31913/2026 REQUERENTE: DIAD

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO <sup>1</sup>

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, compreendendo a elaboração e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR**, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – **ASO** e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – **LTCAT**, conforme (DFD 48/2025).

GRUPO DE ITENS		Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho	
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
1	8800	<b>PGR</b> - Programa de Gerenciamento de Riscos	1
2	8818	<b>PCMSO</b> - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	1
3	22373	<b>ASO</b> - Atestado de Saúde Ocupacional	45 (estimado)
4	19917	<b>LTCAT</b> - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	1

1.2. Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do Compras.gov.br podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do **Catmat/Catser** prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

#### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os itens do objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade constante do setor demandante.

#### Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e reajuste da contratação.

<sup>1</sup> artigo 98, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "a" da Lei 14133/2021







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO<sup>2</sup>

A fundamentação da contratação está disposta no Estudo Técnico Preliminar deste processo de contratação.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO<sup>3</sup>

3.1. A descrição da solução como um todo está disposta no Estudo Técnico Preliminar deste processo de contratação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO<sup>4</sup>

Para esta contratação os requisitos são descritos abaixo:

### 4.1. Requisitos da contratada

- a) possuir cadastro e habilitação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) apresentar toda documentação regular de habilitação jurídica, social, fiscal e trabalhista, conforme descrito no art. 68 da Lei 14.133/2021.

#### 4.1.1 Habilitação Técnica e Equipe Multidisciplinar

A contratada deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante atestados compatíveis com o objeto, bem como dispor de equipe multidisciplinar composta por profissionais legalmente habilitados e com registro ativo nos respectivos conselhos de classe.

Deverá contar, obrigatoriamente, com:

- a) Engenheiro de Segurança do Trabalho, devidamente habilitado e registrado no CREA, como responsável técnico pela elaboração e assinatura do (PGR, conforme a NR-1, e do LTCAT, nos termos do art. 58 da Lei nº 8.213/1991).
- b) Médico do Trabalho como coordenador do PCMSO e responsável pelos ASOs.

### 4.2. Conformidade Legal e Objeto dos Serviços

A contratação deverá contemplar a prestação de serviços técnicos especializados nas áreas de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, em estrita observância à legislação vigente, especialmente às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, com destaque para a NR-01 (e suas atualizações) NR-07, bem como demais normas correlatas aplicáveis.

Os serviços compreendem, de forma integrada, a elaboração, implementação, execução, revisão e atualização dos programas e documentos de saúde e segurança do trabalho, incluindo PGR, PCMSO, LTCAT e ASO.

<sup>2</sup> artigo 98, II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "b" da Lei 14133/2021

<sup>3</sup> artigo 98, III, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "c" da Lei 14133/2021

<sup>4</sup> artigo 98, IV e XVII, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "d" da Lei 14133/2021





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### 4.3. Programas de Gestão de Riscos (PGR).

4.1. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) constitui instrumento essencial para a identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, substituindo o antigo PPRA. O programa atua de forma integrada com o PCMSO, o LTCAT e o PPP eletrônico, contribuindo para a adequada gestão das informações de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e para o atendimento às exigências do **eSocial**, em conformidade com a NR-01.

4.2. Nos **termos da NR-01**, o gerenciamento de riscos ocupacionais inclui expressamente os fatores de riscos psicossociais relacionados à organização do trabalho, que devem ser considerados no PGR em conjunto com os riscos físicos, químicos, biológicos e de acidentes. Esses fatores abrangem aspectos como metas, jornada, relações interpessoais, assédio, pressão e conflitos organizacionais, integrando-se ao processo de identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais.

4.3. Reconhecimento de riscos ocupacionais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho, com identificação dos agentes de risco e avaliação das condições de exposição dos trabalhadores;

4.4. Elaboração do Inventário de Riscos Ocupacionais, contemplando o registro formal dos perigos e riscos existentes em todos os ambientes, atividades e processos da organização;

4.5. Realização de avaliações qualitativas e quantitativas dos agentes de risco físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, quando aplicável, utilizando equipamentos de higiene ocupacional compatíveis com os riscos identificados, tais como: dosímetro de ruído, decibelímetro, medidor de estresse térmico (IBUTG), luxímetro, bombas de amostragem de gases e vapores, medidor de vibração de corpo inteiro e de membros superiores, entre outros necessários à avaliação técnica;

4.6. As medições quantitativas deverão ser realizadas de forma representativa das atividades e jornadas de trabalho, conforme critérios técnicos de higiene ocupacional, sempre que houver indicação de exposição relevante aos agentes de risco;

4.7. O planejamento das ações deverá ser descrito por ordem de prioridade e compor o Plano de Ação do PGR;

4.8. O reconhecimento dos riscos deverá contemplar descrição das atividades, funções, número de trabalhadores expostos, setores e locais de trabalho;

4.9. O PGR deverá contemplar o inventário de riscos e o plano de ação com medidas de prevenção, controle e monitoramento dos riscos ocupacionais identificados;





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.10 Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI deverão ser considerados no processo de gerenciamento de riscos, conforme sua aplicabilidade e eficácia na mitigação dos riscos identificados;

4.11. Relação dos EPCs e EPIs existentes nos ambientes de trabalho, com avaliação de sua eficácia na prevenção ou redução dos riscos ocupacionais;

4.12. Relação dos EPCs e EPIs necessários à eliminação, redução ou controle dos riscos ocupacionais identificados no PGR;

4.13. O seguinte texto deverá constar como observação nas análises quantitativas e qualitativas: “A utilização de EPI adequado, quando comprovadamente eficaz na proteção do trabalhador, poderá influenciar na caracterização de insalubridade, conforme legislação trabalhista e normas regulamentadoras aplicáveis”;

4.14. Descrição das medidas de proteção coletiva (EPC) necessárias à eliminação, redução ou controle dos riscos ocupacionais identificados;

4.15. Listagem dos EPIs necessários, com descrição técnica dos equipamentos adequados à mitigação ou controle dos agentes de risco identificados.

#### 4.16. Da Atualização e manutenção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

4.16.1. Nos termos da NR-01, o PGR não possui prazo de validade fixo, devendo ser obrigatoriamente atualizado sempre que houver alterações nos processos produtivos, ambientes de trabalho, equipamentos, organização do trabalho ou nas condições de exposição aos riscos ocupacionais, bem como quando identificada necessidade decorrente da avaliação de riscos ou da eficácia das medidas de prevenção adotadas. A gestão do PGR deverá assegurar rastreabilidade das atualizações, coerência com as condições efetivas de trabalho e conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis. A Fozprev realizará o acompanhamento, a revisão e a exigência de atualização do PGR em conformidade com a NR-01 e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das atualizações obrigatórias decorrentes de alterações nas condições de trabalho.

4.16.2. O referido serviço somente será remunerado em caso de prorrogação da vigência Contratual.

#### 4.17 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO):

4.17.1 Elaboração do PCMSO em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e demais normas aplicáveis;





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.17.2 Avaliação dos riscos ocupacionais com relação aos possíveis agravos à saúde dos trabalhadores, com base nas informações de risco fornecidas pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme NR-01;

4.17.3 Indicação dos exames médicos ocupacionais necessários, de acordo com os cargos, funções e riscos ocupacionais identificados, em conformidade com a NR-07;

4.17.4 A elaboração do PCMSO deverá ser fundamentada nas informações atualizadas do PGR, incluindo a identificação dos riscos ocupacionais existentes nos ambientes de trabalho;

4.17.5 O PCMSO deverá conter a descrição das atividades, funções, jornada de trabalho, riscos ocupacionais identificados, possíveis agravos à saúde associados e a indicação dos exames clínicos e complementares aplicáveis, conforme NR-07;

4.17.6 os exames ocupacionais do PCMSO deverão observar integralmente o disposto na NR-07 e seus anexos;

4.17.7 O PCMSO deverá conter planejamento anual das ações de saúde ocupacional, conforme estabelecido na NR-07;

4.17.8 deverão ser indicados os responsáveis técnicos pela elaboração e coordenação do PCMSO, com devida identificação e assinatura.

#### 4.17.8.1 Revisão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Relatório Anual

4.17.8.2 O PCMSO deverá ser continuamente atualizado e revisado, com base em **planejamento anual** das ações de saúde, conforme disposto na NR-07;

4.17.8.3 O relatório anual do PCMSO deverá discriminar, por setor, o número e a natureza dos exames médicos realizados, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, bem como estatísticas de resultados anormais e o planejamento das ações para o período subsequente, conforme modelo previsto na NR-07;

4.17.8.4 O referido serviço somente será remunerado em caso de prorrogação da vigência contratual.

#### 4.18. Avaliações Ambientais e Laudo Técnico (LTCAT)

4.18.1 A fim de subsidiar a prestação dos serviços, a empresa contratada terá acesso ao Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho – LTCAT, elaborado no ano de 2020.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.18.2 Descrição por extenso do título do documento e identificação da entidade emitente, contendo dados completos da organização responsável pela elaboração, em formulário próprio ou equivalente técnico.

4.18.3 identificação do estabelecimento, incluindo CNPJ, endereço, grau de risco, número de trabalhadores (homens e mulheres), jornada de trabalho e identificação dos cargos, funções e locais de trabalho avaliados.

4.18.4 A avaliação deverá contemplar os ambientes e atividades com potencial de caracterização de insalubridade e/ou periculosidade, conforme legislação previdenciária e trabalhista vigente.

4.18.5 O LTCAT deverá conter, quando aplicável, laudos complementares de insalubridade e periculosidade por função e local de trabalho, com caracterização técnica das condições ambientais e indicação dos respectivos graus, conforme legislação municipal vigente e metodologias previstas nas NR-15 e NR-16.

4.18.5.1. Deverá ser anexada, quando aplicável, análise ergonômica do trabalho, elaborada com base na NR-17, contemplando a identificação de fatores de risco ergonômico e suas possíveis implicações à saúde dos trabalhadores.

4.18.6 Descrição detalhada das dependências, instalações e ambientes de trabalho avaliados.

4.18.7 Descrição das atividades analisadas, incluindo cargos, funções, locais de trabalho e quantitativo de trabalhadores expostos.

4.18.8 A avaliação quantitativa deverá ser realizada por meio de medições técnicas com equipamentos calibrados por laboratórios acreditados, considerando agentes físicos, químicos, biológicos e, quando aplicável, fatores ergonômicos, com base em critérios técnicos reconhecidos.

4.18.9 O LTCAT deverá conter análise qualitativa e quantitativa dos riscos ocupacionais, com descrição da metodologia utilizada, critérios técnicos adotados e identificação dos agentes presentes nos ambientes de trabalho.

4.18.10 A avaliação quantitativa deverá ser aplicada sempre que a análise qualitativa indicar exposição relevante, abrangendo todas as funções, cargos e locais de trabalho, com base em limites de tolerância previstos em normas técnicas e regulamentadoras vigentes.

4.18.11 As medições deverão considerar a caracterização da exposição habitual e permanente ou intermitente, sendo obrigatória a quantificação sempre que necessária para definição do enquadramento técnico-previdenciário.

4.18.12. Deverá ser realizada dosimetria de ruído em jornada representativa de trabalho, quando identificado risco relevante, sendo admitida medição pontual com decibelímetro em situações de baixa variabilidade ou exposição não contínua.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.18.13 O laudo deverá apresentar fundamentação técnica e científica, com referência à legislação e normas aplicáveis, incluindo análise dos efeitos dos agentes nocivos e sua caracterização como insalubres ou perigosos, quando aplicável.

4.18.14 Quando caracterizada a condição de insalubridade ou periculosidade, deverá ser indicado o enquadramento correspondente, com base na legislação municipal vigente e nas NR-15 e NR-16.

4.18.15 Relação da bibliografia técnica e normativa utilizada na elaboração do laudo.

4.18.16 Identificação e assinatura do responsável técnico pela elaboração do LTCAT, com indicação do número de registro no respectivo conselho profissional.

### 4.19. Disposições complementares

4.19.1 A Contratada deverá realizar avaliações qualitativas e quantitativas dos agentes de risco ocupacional, utilizando metodologia técnica reconhecida e equipamentos adequados, devidamente calibrados.

O LTCAT deverá:

- a) ser elaborado ou revisado com rigor técnico;
- b) atender às exigências previdenciárias vigentes;
- c) subsidiar o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio eletrônico, bem como demais obrigações legais relacionadas ao eSocial.

4.19.2. As avaliações deverão contemplar, quando aplicável:

- a) ruído, calor, vibração e umidade;
- b) agentes químicos e aerodispersóides;
- c) agentes biológicos;
- d) radiações e condições de iluminação.

### 4.20. Gestão de Exames Ocupacionais e Emissão de ASO

4.20.1. O Atestado de Saúde Ocupacional (**ASO**) é o documento médico ocupacional que registra a avaliação clínica do trabalhador, indicando sua aptidão, inaptidão ou aptidão com restrições para o exercício das atividades laborais a que está ou será submetido. Os ASOs deverão ser emitidos para os servidores atuais e novos da FozPREV, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e com a Norma Regulamentadora NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), observadas as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria de Inspeção do Trabalho). O documento deverá conter, no mínimo, os itens relacionados no 4.20.3 abaixo.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.20.2. A Contratada deverá garantir a realização de exames clínicos e complementares por meio de estrutura própria ou rede credenciada, assegurando o cumprimento dos prazos legais e a disponibilização de local adequado, sendo responsável por toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, incluindo equipamentos, insumos e profissionais habilitados.

4.20.3. Os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) deverão conter:

- a) Nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;
- b) Os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho-SSST;
- c) Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares (quando houver) e a data em que foram realizados;
- d) O nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;
- e) Definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu;
- f) Data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.

4.20.4. O Atestado de saúde Ocupacional – ASO será emitido nas seguintes situações, nos termos do item 7.4.1 da NR7:

- a) **Admissão:** Realizado antes do servidor assumir sua função
- b) **Mudança de função:** somente quando a mudança implicar na alteração de riscos para o colaborador.
- c) **Exames periódicos:** São realizados de acordo com os intervalos mínimos descritos na NR 7, a depender da faixa etária. Indicam se houve alterações na saúde do servidor.
- d) **Retorno ao trabalho:** Obrigatório a todo servidor que tenha se afastado da empresa por um período de 30 dias ou mais, exceto férias e viagens a serviço.
- e) **Demissão:** Realizado quando da demissão/exoneração do servidor.

4.20.5. Deverão ser realizados exames médicos iniciais em todos os servidores da Fozprev, para fins de elaboração do PCMSO, visando à promoção da saúde e integridade dos servidores, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, entre outras variáveis;







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

4.20.6. Na realização de exames admissionais, deverá ser considerado o cargo e a atividade desempenhada, conforme consta na Lei Municipal nº 3.829/2011, ressaltando-se expressamente a ilegalidade do respectivo custeio ao trabalhador;

4.20.7. A realização de exames periódicos considerará a atividade que o servidor realiza, queixas mais frequentes, inclusive nos casos de suspeita de LER/DORT, não se limitando aos critérios da idade, entre outros. A realização de exames demissionais considerará o cargo e a atividade desempenhada;

4.20.8 O Atestado de Saúde Ocupacional deverá ser assinado por Médico do Trabalho.

4.20.9. Os exames médicos que se fizerem necessários deverão ser realizados, obrigatoriamente, em Foz do Iguaçu/PR, ficando a contratada responsável por providenciar local adequado à sua execução, além dos equipamentos e materiais necessários ao exame, podendo realizá-los por intermédio de empresa terceirizada, sob inteira responsabilidade da contratada;

4.20.10. Estima-se a emissão de **45 (quarenta e cinco)** Atestados de Saúde Ocupacional no período de vigência do contrato, levando-se em conta o número atual de servidores (26) e a possibilidade de novas contratações, exonerações, afastamento e retornos etc.

4.20.11. A realização da consulta médica e emissão do ASO (admissional, demissional e de retorno ao trabalho) será feita em no máximo **10 (dez) dias** contados da solicitação por parte da Foz Previdência.

4.20.12. A realização das consultas e emissão dos ASO's periódicos é de **45 (quarenta e cinco)** dias após a entrega do PCMSO, ou da revisão, no caso de prorrogação contratual.

4.20.13. A empresa contratada será paga por Atestado de Saúde Ocupacional emitido, após a entrega do Relatório do Exame, nos termos do item 5.1.1, que trata do Pagamento.

### 4.21. Integração com o eSocial

4.21.1 A contratada deverá possuir capacidade técnica para fornecer informações e documentos técnicos necessários ao correto preenchimento dos eventos de **Saúde e Segurança do Trabalho – SST** eventualmente exigidos pelo **eSocial**, observando o leiaute vigente e a legislação aplicável aos vínculos previdenciários mantidos pela Administração, evitando inconsistências.

### 4.21.2. Especificações Técnicas das Avaliações

As avaliações ambientais deverão seguir rigorosamente os critérios das Normas Regulamentadoras, incluindo:

- Metodologias reconhecidas para medições de agentes físicos, químicos e biológicos;
- Utilização de equipamentos adequados (dosímetros, luxímetros, termômetros de globo, entre outros);
- Registro detalhado das medições, metodologia aplicada e tempo de exposição;
- Indicação de medidas de controle, incluindo Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI).







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### 4.22. Demais Especificações Relativas às Avaliações

##### 4.22.1 Ruído contínuo, intermitente ou de impacto:

a) A aferição dos Níveis de Pressão Sonora – NPS – (ruído) será em toda a jornada e executada por grupo homogêneo de risco. Os valores dos níveis de pressão sonora a que estão expostos os servidores devem ser indicados considerados os níveis de redução de ruído promovido pelos equipamentos de proteção utilizados.

b) Audiôdosímetro: Com a finalidade: Medir os níveis de ruído intermitente, contínuo e de impacto. O aparelho deverá ser calibrado a cada medição. Técnica/Método de Medição. O audiôdosímetro será fixado ao trabalhador, com o microfone próximo ao seu plano auditivo para dosimetria ou em tripé para avaliação de posto de trabalho, e deverá contemplar uma jornada inteira de trabalho.

b.1) A metodologia adotada deverá estar em consonância com a Norma Regulamentadora 15 – Anexos 01 e 02 da Portaria MTE 3214/78 e Norma de Higiene do Trabalho – NHT do Ministério de Trabalho e Emprego.

c) Apresentar histogramas impressos anexos junto com PPRA e LTCAT, indicando a função e posto de trabalho onde se realizou a medição.

##### 4.22.2 Calor:

a) As exposições ao calor devem ser avaliadas em conformidade com o Anexo 3 da NR 15, anexo 03 da Portaria MTE 3214/78, ressaltados os aspectos a seguir:

- a.1) Medições efetuadas no local de permanência do trabalhador, à altura da região mais atingida.
- a.2) Expressa classificação da atividade em “leve”, “moderada” ou “pesada”, conforme quadros integrantes do referido Anexo e o regime de trabalho se contínuo ou intermitente.
- a.3) Os resultados apresentados em unidades de índice de bulbo Úmido e termômetro de Globo.

##### 4.22.3 Vibração:

a) A exposição a vibração deve ser avaliada em conformidade com o Anexo 8 da NR 15, anexo 03 da Portaria MTE 3214/78, ressaltados os aspectos a seguir:

- a.1) Critério a ser utilizado;
- a.2) O instrumento utilizado;
- a.3) Metodologia de avaliação;
- a.4) Descrição das condições de trabalho e tempo de exposição à vibração;
- a.5) O resultado da avaliação quantitativa;
- a.6) Medidas para eliminação e/ou neutralização da insalubridade se houver.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

a.7) Deverão ser observados todos os itens das NR 15 anexo 8, sobretudo nas questões sobre limite de tolerância.

#### 4.22.4 Umidade:

a) As Avaliações da umidade (qualitativas) deverão conter as avaliações de acordo com a Norma Regulamentadora 15 – NR 15.

#### 4.22.5 Aerodispersóides:

a) As avaliações dos aerodispersóides devem determinar a natureza, tamanho e concentração das partículas, estendendo-se a verificação da presença de Sílica Livre Cristalizada (Quartzo) objeto das prescrições dispostas da NR 15 - Anexo 12 da Portaria MTE 3214/78, observados os requisitos a seguir:

a.1) Critério de medição por meio de aspiração contínua.

a.2) Emprego de bomba de vazão variável, que propicie a verificação de, no mínimo, duas amostras que possam cobrir toda a jornada de trabalho.

a.3) Registros dos dados utilizados para os cálculos da concentração de poeira respirável, necessariamente contendo as características da bomba de amostragem, a vazão empregada, a quantidade de poeira coletada, o volume total e o percentual da sílica livre encontrada, compondo os resultados da avaliação.

a.4) necessariamente os dados sobre a metodologia empregada devem constar dos informes e análise.

#### 4.22.6 Produtos Químicos:

a) As exposições a produtos químicos devem ser avaliadas em conformidade com os anexos 11 e 13 da NR 15 da Portaria MTE 3214/78, abrangendo todas as substâncias empregadas nas rotinas operacionais, salientados ainda os aspectos a seguir:

a.1) Em avaliações qualitativas do emprego de produtos químicos, os resultados da análise devem contemplar as fontes de contaminação, as matérias primas manipuladas na rotina de operação e dados dos boletins ou fichas técnicas de identificação química dos produtos.

a.2) Nas avaliações quantitativas procedidas através de análises de amostragem direta e leitura instantânea, devem ser coletadas na zona respiratória do trabalhador, sendo que os dados da





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

amostragem devem incorporar-se aos resultados da análise em tabelas com a respectiva média das concentrações e o tempo de exposição despendido em todas as fases de exposição ao agente químico analisado durante a jornada de trabalho. Necessariamente, os dados sobre a metodologia e o tipo de instrumental utilizado também devem constar dos registros da análise.

a.3) Nas amostragens contínuas e de leitura indireta os registros dos exames laboratoriais devem compor os resultados da análise.

#### 4.22.7 Radiação Ionizante:

a) A Avaliação de radiação ionizante: deverão conter o Laudo de Dosimetria Individual, emitido por órgão devidamente qualificado e Laudo contendo as recomendações de redução e/ou eliminação do agente, conforme legislação vigente, de acordo com a Norma Regulamentadora 15 - Anexo 5.

#### 4.22.8 Agentes Biológicos:

a) As exposições a agentes biológicos devem ser avaliadas em conformidade com o Anexo 14 da NR 15, - Anexo 03 da Portaria MTE 3214/78, observando os graus de insalubridade de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 17, de 30 de agosto de 1993, Art. 115.

#### 4.22.9 Iluminação:

a) As exposições à iluminação deverão ser baseadas na NBR 5413 – Iluminância de interiores, deverá ser medido no posto de trabalho com o mínimo de amostras que a norma exige e realizada com aparelho de captação por fotocélula – LUXIMETRO, devidamente calibrado e certificado.

#### 4.22.10 Das Avaliações Quantitativas:

a) A empresa vencedora do certame é responsável pelas análises laboratoriais das avaliações quantitativas;

b) A avaliação do método de trabalho, atividades de cada função, agentes agressivos existentes, tempo de exposição, determinará a necessidade ou não de análises de laboratórios com custos inclusos no valor do referido edital;

c) A decisão para realização ficará a cargo do profissional responsável pela emissão dos laudos;

d) As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do responsável técnico pelos laudos, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro empregado para servir de apoio ao monitoramento.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO<sup>5</sup>

### 5.1. Execução Contratual, Prazos e Suporte Técnico

A execução contratual observará regime compatível com a natureza dos serviços, na forma de execução indireta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Empreitada por Preço Global

Aplicável aos serviços de natureza contínua e escopo previamente definido, com remuneração por preço certo e total, nos termos do art. 6º, inciso XXX, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Compreende, entre outros:

- a) elaboração e atualização do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;
- b) elaboração e atualização do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- c) elaboração e atualização do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;

#### Empreitada por Preço Unitário

Aplicável aos serviços executados sob demanda, com remuneração por unidades determinadas, nos termos do art. 6º, inciso XXXI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Compreende:

a) emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), por evento ocupacional (admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de risco ou demissional), conforme demanda da Contratante.

A prestação dos serviços deverá atender aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, assegurando atendimento tempestivo às demandas da Administração.

Para a adequada execução contratual, a contratada deverá:

- a) disponibilizar suporte técnico contínuo;
- b) cumprir os prazos estabelecidos pela Administração;
- c) manter canais de comunicação eficazes para atendimento das demandas;
- d) assegurar o sigilo, a confidencialidade e a integridade das informações dos servidores.

5.1.1. A execução dos serviços contratados deverá observar as etapas, prazos e responsabilidades escritos no quadro abaixo.

<sup>5</sup> artigo 98, V e XII e XIII, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "e" da Lei 14133/2021





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

GRUPO DE ITENS - Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho			
N.	Etapa	Prazo	Responsável
1	Entrega do <b>LTCAT</b> – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	60 (sessenta) dias contados da vigência do contrato.	CONTRATADA
2	Entrega do <b>PGR</b> (Programa de Gerenciamento de Riscos).	60 (sessenta) dias contados da vigência do contrato.	CONTRATADA
3	Entrega do <b>PCMSO</b> – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.	90 (noventa) dias contados da vigência do contrato.	CONTRATADA
4	Realização do exame clínico e entrega dos <b>ASO</b> – Atestados de Saúde Ocupacional ( <b>Exame Periódico para os atuais servidores</b> ).	1 vez a cada 12 meses, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega do PCMSO.	CONTRATADA
5	Realização do exame clínico e entrega dos <b>ASO</b> – Atestados de Saúde Ocupacional (Exame Admissional, Demissional ou de Retorno ao trabalho).	10 (dez) dias contados da solicitação por parte da Fozprev, podendo ocorrer durante toda a vigência do contrato.	CONTRATADA
6	Emissão do Termo de Recebimento Provisório.	2 (dois) dias após a entrega de cada Laudo ou relatório.	CONTRATANTE
7	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	5 (cinco) dias após o recebimento provisório.	CONTRATANTE
8	Pagamento dos serviços	Conforme item 7 do Termo de Referência	CONTRATANTE

5.1.2. Os laudos e Relatórios serão confeccionados na sede da empresa contratada. A realização das Consultas para emissão de ASO e as Perícias Médicas serão realizadas em Consultório indicado pela Contratada.

5.1.3. A entrega dos Laudos, Relatórios e demais documentos inerentes aos serviços, deverá ser feita nas dependências da Foz Previdência - Fozprev, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 85 – Edifício Argemiro Prado, Centro – Foz do Iguaçu/PR, CEP 85.851.210, diretamente ao Fiscal do Contrato, podendo ocorrer por e-mail, ao fiscal do contrato, em caso de assinatura digital.

5.1.4. Todos os custos com a elaboração dos Laudos e Programas previstos no Termo de Referência correrão por conta da empresa CONTRATADA

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

### 5.2 LOCAL DE TRABALHO, QUANTIDADE DE SERVIDORES, CARGOS E ATRIBUIÇÕES PARA FINS DE PGR/PCMSO/LTCA





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

5.2.1. O local da prestação do serviço é no endereço Avenida Juscelino Kubitschek, nº 85, Edifício Argemiro Prado, Centro, CEP 85851-210 Foz do Iguaçu-PR, sendo um prédio de 4 andares, com 17 salas, locadas para sede da foz previdência totalizando aproximadamente 629,50 m², sendo distribuído da seguinte forma:

DIRETORIA	SETORES	CARGOS
DIAD	DIAD	1 Diretor Administrativo
	DVCLP	1 Analista - Nível Superior – <b>Geral</b> 2 Assistentes
	DVRED	1 Analista - Nível Superior - <b>Arquivologia</b> 3 Assistentes
	DVRHF	2 Analistas - Nível Superior – <b>Geral</b>
DIBE	DIBE	1 Diretora
	S-SOEDU	1 Assistente Social
	DVCOB	2 Analista - Nível Superior – <b>Geral</b> 1 Assistente
	DVMAB	2 Analistas - Nível Superior – <b>Geral</b>
DIFI	DIFI	1 Diretor Financeiro
	ASSINV	1 Assessor de investimentos
	DVCON	3 Analistas - Nível Superior - <b>Ciências Contábeis</b>
SUPER	GAB-SUPER	1 Diretor-Superintendente 1 Analista - Nível Superior – <b>Geral</b>
	PJUR	2 Procuradores

5.2.2. Atualmente a Fozprev conta com um quadro de (26) servidores, todos em funções administrativas e distribuídos da seguinte forma:

Cargo	Quantidade
Analista Previdenciário - Nível Superior – <b>Geral</b>	<b>9*</b>
Analista Previdenciário - Nível Superior - <b>Ciências Contábeis</b>	<b>3</b>
Analista Previdenciário - Nível Superior - <b>Serviço Social</b>	<b>1</b>
Analista Previdenciário - Nível Superior - <b>Arquivologia</b>	<b>1</b>
Analista Previdenciário - Nível Superior - <b>Sistemas de Informação</b>	<b>1*</b>
Assistente Previdenciário	<b>6</b>
Procurador Jurídico	<b>2</b>
Assessor de Investimentos	<b>1</b>
Diretor Superintendente	<b>1</b>
Diretor Administrativo	<b>1</b>
Diretor Financeiro	<b>1</b>
Diretor de Benefícios	<b>1</b>





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

*\*Dois servidores (Analista Previdenciário - Nível Superior - Sistemas de Informação e Analista Previdenciário - Nível Superior – Geral) estão exercendo atividade de direção.*

CARGO	ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	Nível Superior - Geral	Executar atividades de instrução e de análise de processos, de cálculos previdenciários, de manutenção e de revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários; analisar o registro de operações e rotinas administrativas, contábeis, financeiras e orçamentárias; proceder à orientação previdenciária e ao atendimento aos usuários; realizar estudos técnicos e estatísticos; emitir laudos e pareceres técnicos; cadastrar e manter atualizado o cadastro dos segurados; executar, em caráter geral, as demais atividades inerentes às competências a cargo do órgão de gestão do RPPS do Município.
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	Nível Superior - Serviço Social	Atender e orientar os beneficiários segurados do RPPS em geral. Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar os programas e projetos específicos da área de serviço social a cargo da Autoria Municipal de Gestão do RPPS. Realizar perícias técnicas e emitir laudos sociais para subsidiar processos de concessão, manutenção ou extinção de benefícios, inclusive com realização de visitas domiciliares. Realizar atividades coordenadas de orientação sobre os benefícios sociais de forma individual ou grupal, inclusive realizando palestras e outras formas de eventos. Participar e executar no que lhe couber das atividades de recadastramento dos segurados ativos, inativos e pensionistas. Executar outras atividades reconhecidas como do profissional de assistência e de serviço social, bem como desempenhar outras atividades constitucionais e legais a cargo do órgão de gestão do RPPS do Município.
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	Nível Superior - Ciências Contábeis	Planejar, coordenar, controlar, acompanhar e executar atividades orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, de gestão de pessoas, de materiais, compras, contratos, de custos e de investimentos da autarquia. Realizar auditoria contábil e financeira. Elaborar normas, relatórios e emitir pareceres. Coordenar e executar atividades referentes à elaboração, à revisão e ao acompanhamento de programação orçamentária e financeira anual e plurianual. Prestar as declarações e informações que a Instituição é obrigada a apresentar aos Órgãos fiscalizadores e do Governo. Efetuar cálculos de aplicações financeiras e de rentabilidade. Interpretar e aplicar a legislação econômico-fiscal, tributária e financeira, bem como da previdenciária e de previdência complementar. Acompanhar a gestão de recursos públicos e o exercício de outras atividades reconhecidas como do profissional de Ciências Contábeis, bem como desempenhar outras atividades constitucionais e legais a cargo do órgão de gestão do RPPS do Município.
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	Nível Superior - Arquivologia	Planejar, organizar e coordenar os serviços de arquivo e gestão documental classificando, codificando, descrevendo, registrando os documentos de arquivo; elaborando suas tabelas de temporalidade; estabelecendo critérios para guarda e descarte de documentos de arquivo; elaborando plano de classificação e estabelecendo plano de destinação de documentos; avaliando e ordenando a documentação; fazendo a gestão dos depósitos de armazenamento; identificando a produção e o fluxo documental; implantando procedimentos de arquivo; produzindo normas e procedimentos técnicos; autorizando a eliminação de documentos públicos; orientando a organização de arquivos correntes; implantando programas de gestão de documentos e supervisionando a sua execução; orientando os serviços de protocolo e procedimentos relacionados à gestão de processos administrativos; orientando a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação da memória corporativa e institucional; formando biblioteca de apoio às atividades técnicas; implantando o gerenciamento de documentos eletrônicos e adoção de novas tecnologias para recuperação e armazenamento da informação, gerando condições para o gerenciamento eletrônico de documentos; planejando a ocupação das instalações físicas do arquivo e administrando e controlando os prazos de guarda e o destino final dos documentos da Autarquia; participar de comissões técnicas relacionadas a área de arquivologia e gestão de documentos. Conservar os documentos: diagnosticando o estado de conservação dos documentos, estabelecendo procedimentos de segurança, realizando sua higienização, orientando os usuários quanto aos procedimentos de manuseio dos documentos, desenvolvendo programas de controle preventivo de infestações químicas e biológicas. Realizar atividades técnico-administrativas: solicitando compras de materiais e equipamentos necessários ao bom funcionamento dos serviços afetos a sua







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

CARGO	ESCOLARIDADE/ HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
		área de atuação; elaborando relatórios estatísticos, pareceres técnicos e administrativos. Executar outras atividades, relativas à sua área de formação e conhecimento, necessárias ao cumprimento da missão institucional da Foz Previdência. (Redação acrescida pela Lei nº 4566/2017)
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	Nível Superior - Sistemas de Informação	Planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas aos sistemas de gestão informatizados utilizados na Foz Previdência, bem como do desenvolvimento de sistemas e de segurança da informação. Fazer a gestão do banco de dados dos segurados do RPPS, mantendo-o atualizado, acompanhando a importação e exportação dos seus dados, realizando o tratamento e depuração de dados para alimentação de sistema de gestão previdenciária, bem como procedimentos de integração cadastral de informações junto ao sistema CNIS/RPPS ou outros sistemas de informação. Coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento do site institucional e suas funcionalidades. Elaborar e instruir projetos básicos e executivos na área de tecnologia da informação e comunicação; fazer a gestão de contratos relacionados à Tecnologia da Informação, de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e de suporte técnico; desenvolver e administrar redes e infraestrutura de redes; prestar suporte técnico aos usuários de informática, instalando e verificando o funcionamento dos equipamentos e programas; realizar ou monitorar o backup (cópia de segurança) dos sistemas existentes e controlar o arquivamento dos mesmos, visando resguardar o banco de dados e as informações; ministrar treinamentos e orientar usuários nas especificações e comandos necessários para utilização dos equipamentos de informática, bem como dos Sistemas e Tecnologias de Informação em uso. Solicitar compras de materiais e equipamentos necessários ao bom funcionamento dos serviços afetos a sua área de atuação. Elaborar estatísticas, relatórios técnicos, laudos e pareceres técnicos e administrativos relativos à sua área de atuação. Participar de comissões técnicas relacionadas com a sua área. Executar outras atividades, relativas à sua área de formação e conhecimento, necessárias ao cumprimento da missão institucional da Foz Previdência. (Redação acrescida pela Lei nº 4566/2017)
PROCURADOR JURÍDICO	Nível Superior - Direito	Analisar e elaborar pareceres em processos de aposentadoria, pensões, recursos e revisões destes decorrentes; analisar e emitir parecer sobre pedidos de inscrição/instituição de dependentes, benefícios previdenciários e demais matérias correlatas; estudar e elaborar notas técnicas, recursos administrativos e judiciais e outras medidas de caráter jurídico e administrativo na defesa dos interesses da Autarquia Municipal de Gestão do RPPS; dar parecer conclusivo em casos de divergência; assessorar as Diretorias e Superintendência em assuntos inerentes ao controle dos processos administrativos, judiciais e extrajudiciais submetidos no âmbito de sua competência e atuação; ajuizar ações de interesse da Autarquia Municipal; representar a Autarquia perante autoridades dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e Tribunal de Contas, em questões de natureza jurídica, patrocinando as causas que lhe forem atribuídas; exercer outras atividades, do campo do direito necessárias ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do órgão de gestão do RPPS do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 214/2013)
ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO	Nível Médio	Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar, redigir, digitar textos, relatórios e planilhas de cálculos; registrar, conferir, triar, distribuir, classificar, arquivar documentos, segundo critérios e normas estabelecidos; preparar, acompanhar processos administrativos controlando prazos, localização, encaminhamentos e atualizações; executar rotinas e procedimentos de controle, atualização de informações cadastrais e transposição de dados. Preparar e dar formas às atas das reuniões. Executar outras atividades administrativas, de nível intermediário, relativas às atribuições legais a cargo do órgão de gestão do RPPS do Município.







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### 5.2.3. Entregáveis e Responsabilidade Técnica

Todos os documentos deverão ser entregues em formato físico e digital, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos, acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalentes.

#### 5.3. Da Vistoria

5.3.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades para confecção dos laudos, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia – presencial ou remota.

5.3.1.1. **para a vistoria presencial**, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.3.1.2. Para **vistoria remota**, a Contratada agendará com o servidor designado para esse fim data e horário para vídeo conferência e análise de dados e fotos.

5.3.2. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (45) 3523-5393, ou pelo e-mail [woafozprev3@gmail.com](mailto:woafozprev3@gmail.com), a qual deverá ser realizada no horário de expediente da Foz Previdência (8h às 14h) e será acompanhada pela Divisão de Compras e Licitações ou por outro servidor designado.

5.3.3 A não realização da vistoria — seja em sua modalidade presencial ou remota — não poderá, sob nenhuma hipótese, ser alegada como justificativa para o redimensionamento da proposta de preços, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro ou para o descumprimento das obrigações contratuais, correndo por conta e risco da licitante eventuais omissões decorrentes da falta de verificação prévia do local de execução dos serviços.

#### 5.4. Subcontratação.

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, não sendo considerado subcontratação a execução dos serviços por meio de profissionais liberais que prestem serviços para a contratada.

#### 5.5 Garantias

5.5.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução pelo fato de que o risco em si não se justifica, uma vez que o pagamento será efetuado somente após a efetiva finalização de cada demanda de serviço.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO<sup>6</sup>

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

#### FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
  - 6.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).
  - 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
  - 6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

<sup>6</sup> artigo 98, VI e XII, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "f" da Lei 14133/2021





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### GESTOR DO CONTRATO

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.10. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.11. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.12. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.13. Dar causa à inexecução total do contrato;

6.14. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.15. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.16. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.17. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.18. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

6.19. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.20. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.21. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.22. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.23. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.24. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de **20%(vinte por cento)** sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos,





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.25. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.26. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.27. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.28. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.29. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

6.30. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.31. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

6.32. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

As sanções por atos praticados no decorrer da contratação também estão previstas no Aviso de Dispensa Eletrônico.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO<sup>7</sup>

7.1. A avaliação e medição da execução da compra será registrada por meio de questionário qualitativo, para fins de verificação da qualidade do objeto.

### 7.2. DO RECEBIMENTO

7.2.1. O **Recebimento Provisório** será realizado em até **02 (dois) dias úteis**, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos serviços e materiais a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.5. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

<sup>7</sup> artigo 98, VII e XV, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "g" da Lei 14133/2021





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.3. DA LIQUIDAÇÃO

7.3.1 O pagamento será efetuado em **até 10 (dez) dias do recebimento definitivo**, mediante apresentação da Nota Fiscal e documentos abaixo discriminados.

I - Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa:

- a) Da Dívida Ativa Federal;
- b) De Tributos Municipais do local de sua sede;
- c) De Tributos estaduais;
- d) De Regularidade perante o FGTS;
- e) Da Justiça do Trabalho;
- f) Prova de Regularidade no CNPJ.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Fatura ou Boleto apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.5. O Boleto ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.3.6. A contratada deverá informar na fatura/nota fiscal se é ou não optante pelo Simples Nacional. **Caso não seja, deverá informar a alíquota de retenção** na fonte de Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 31.634, de 31 de julho de 2023.

7.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 7.4. PRAZO DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será **efetuado até 10 (dez) dias do recebimento definitivo** do objeto, mediante apresentação dos documentos discriminados no item 7.3.1.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

7.4.3. O pagamento do Boleto/Fatura poderá ser suspenso sempre que houver obrigação pendente por parte da contratada, até a completa regularização.

### 7.5. FORMA DE PAGAMENTO

7.5.1. Será realizado o pagamento por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada ou por meio de boleto bancário.

7.5.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.







## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

7.5.5. Caso a Contratada não seja optante pelo Simples Nacional, será realizada a retenção de Imposto de Renda na fonte conforme alíquotas previstas na Instrução Normativa 1234/2012 da Receita Federal do Brasil – RFB e nos termos do Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 31.634, de 31 de julho de 2023.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR<sup>8</sup>

#### Da participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte;

8.1. O presente Pregão é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.1.1 A participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte está em consonância com o artigo 47 e 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, que assim dispõem:

*Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.*

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais);*

#### PREFERÊNCIA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCAIS

8.2. Adicionalmente aplica-se ao presente Pregão Eletrônico as disposições relativas à margem de preferência e à prioridade de contratação previstas no **art. 155 e 154 do Decreto Municipal 32.398/2024**, bem como no art. 50-A da **Lei Complementar Municipal nº 229/2014**, assegurando tratamento diferenciado às empresas locais<sup>9</sup> em condições de empate ou até o **limite de 10%** da melhor proposta, em consonância com os princípios da vantajosidade, competitividade e desenvolvimento econômico local.

<sup>8</sup> artigo 98, VIII e XVI do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, "h" da Lei 14133/2021

<sup>9</sup> Para fins de âmbito local deve ser considerado o território de Foz do Iguaçu, conforme art. 154, inciso I do Decreto nº 32.398/24.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.3. Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação será por meio de **Pregão**, sob a forma **ELETRÔNICA**, fundamentada no Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e art. 119 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço do Grupo de itens**, em conformidade com o Art. 6, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1. O procedimento será divulgado no **Compras.GOV** - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), e no <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/diario-oficial>, e jornal de grande circulação nos termos do § 1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021 encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - **Sicaf**, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.3.2. A sessão pública será realizada na **data (a definir) XX/XX/2026**, por meio Link: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), sendo o horário da Fase de Lances às **9h**.

#### Critério de Julgamento das Propostas

8.4. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços para cada item que compõe o Grupo de Itens, com a devida discriminação dos valores unitários.

8.5. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço do Grupo de Itens**, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor total resultante da soma dos itens que compõem o respectivo **Grupo de Itens**, desde que atendidas todas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

8.6. Não será pago nenhum outro valor além do estipulado no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

8.7. Além da proposta, a empresa interessada deverá atender as exigências de habilitação abaixo descritas:

#### EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.7.1 para fins de habilitação a interessada deverá comprovar os seguintes requisitos:

##### HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.7.2 **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7.3. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

8.7.4. **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

8.7.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.7.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7.9. **DECLARAÇÃO** da licitante de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, se for o caso.

### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.8 Prova de inscrição no (CNPJ) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.8.1 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.8.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.8.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

- 8.8.4. Declaração de cumprimento ao disposto no **art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021**.
- 8.8.5. Prova de regularidade com a **Fazenda ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.8.6. Prova de regularidade com a **Fazenda MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **MUNICIPAL/ESTADUAL** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.8.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.9.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I)

### 8.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.10.1. Ao menos 1 (um) **Atestado de capacidade técnica**, fornecida por órgãos públicos, entidade privada, com os quais a contratada mantém ou manteve contrato de Prestação de serviços.
- 8.10.2. O atestado deverá conter os itens e as respectivas quantidades, bem como, informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor, tais como a data da prestação dos serviços, identificação e contato do contratante, assinatura, dentre outros.
- 8.10.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.10.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 8.10.5 Requisito de registros de CRM e/ou CREA

- 8.10.5.1 **Cópia do Registro da Empresa junto ao CRM e/ou CREA**, a depender do serviço, nos termos do art. 1º da Lei Federal 6.839/80 e art. 59 da Lei Federal 5.194/66, respectivamente.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FozPREV

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

8.10.5.2. A empresa deverá apresentar, ainda, **Declaração de que possui corpo técnico** suficiente e devidamente capacitado para prestar os serviços previstos no Termo de Referência **(o texto da Declaração é livre, devendo constar no mínimo o descrito neste item).**

8.10.5.3. A empresa poderá prestar os serviços por meio de profissional que seja **sócio, empregado ou profissional contratado por contrato particular ou convênio de prestação de serviços**, devendo apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias após o ato da assinatura do contrato, contendo a cópia do **Registro no CRM ou CREA** (cópia da carteira do conselho de classe ou certidão emitida pelo conselho de classe), a depender do caso.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO<sup>10</sup>

9.1. O valor total estimado para contratação é de **(R\$ 3.731,04)**, conforme tabela anexa.

9.2. O valor máximo para a licitação foi obtido através de ampla pesquisa de mercado, nos termos da Instrução Normativa nº 65/2021 ME e Decreto 32.398/2024, conforme Relatório de Pesquisa de Preços anexadas ao Processo.

9.3. Relativamente ao Grupo de Itens, este deverá ser adjudicado a empresa que obtiver a proposta vencedora de menor preço do somatório do Grupo de Itens.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA<sup>11</sup>

10.1. A despesa será custeada pela rubrica orçamentária **40.01.09.272.0330.2195.3.3.90.39 1.100 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.**

Foz do Iguaçu, 09 de junho de 2026.

Elaborado por:

**Wanderley de Oliveira Alberto**  
Assistente Previdenciário | DVCLP  
Matrícula 16.71

Revisado por:

**Aline Patrícia Salatino**  
Chefe da | DVRHF  
Matrícula 3.71

<sup>10</sup> artigo 98, IX do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, “i” da Lei 14133/2021

<sup>11</sup> artigo 98, X do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e artigo 6º, XXIII, “j” da Lei 14133/2021





## TERMO DE REFERÊNCIA

### Foz Previdência - FOZPREV

Autoria Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

#### ANEXO I TABELA REFERENCIAL DE VALORES

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	8800	PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
2	8818	PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
3	22373	ASO - Atestado de Saúde Ocupacional	45 (estimativa)	R\$ 45,18	R\$ 2.033,10
4	19917	LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 3.731,04



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **FOZPREV - DOCUMENTO PRINCIPAL ANEXADO**

Número: **3.091/2026**

Assunto: **TR - PREGÃO MEDICINA TRABALHO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=fc78bce2-500b-417d-a97c-2208b2268bc1>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**  
**fc78bce2-500b-417d-a97c-2208b2268bc1**

**Hash do Documento**

**EEEE9F5BC1A07B02A9C98802739DD91401046E6DFE121F972BB82913C6CD7BEE**

### Anexos

TR - PREGÃO MEDICINA TRABALHO.pdf - **0e0ba943-8db7-4c17-b5bb-6770ff502459**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/06/2026 é(são) :

WANDERLEY DE OLIVEIRA ALBERTO (Signatário) - CPF: \*\*\*18815991\*\* em 09/06/2026 10:19:38 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

ALINE PATRICIA SALATINO (Signatário) - CPF: \*\*\*29964936\*\* em 09/06/2026 10:22:31 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



**A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:**

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

**DESPACHOS**

**NENHUM DESPACHO REALIZADO**





**Proposta de valores**  
**À FOZ PREVIDÊNCIA – FOZPREV**  
**CNPJ: 08.322.648/0001-96**

Grupo de itens		Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho		
ITEM	Descrição do Serviço	QTD	Preço Unitário	Preço total
1	PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos	1	R\$	R\$
2	PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	1	R\$	R\$
3	ASO- Atestado de Saúde Ocupacional	45 estimado	R\$	R\$
4	LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	1	R\$	R\$
Valor Total do grupo de itens				R\$

**1.DADOS DA PRESTADORA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone e Whatsapp: \_\_\_\_\_

Validade da proposta: \_\_\_\_\_

**2.Possui conta pessoa jurídica:**

BANCO \_\_\_\_\_ AG \_\_\_\_\_ C/CNº \_\_\_\_\_

**3.Responsável:**

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone e WhatsApp: \_\_\_\_\_

Cidade, xx, mês, ano.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Responsável

A **Foz Previdência - Fozprev**, pessoa jurídica de direito público, com sede em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na Avenida Juscelino Kubitschek, 85, Centro, CEP 85851-210, inscrita no CNPJ nº 08.322.648/0001-96, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, **REGINALDO ADRIANO DA SILVA**, portaria nº 80.342/2025, com matrícula funcional nº 1505772, e por seu Diretor Administrativo, **WELLINGTON DE OLIVEIRA**, matrícula funcional nº 26.72, no uso das suas atribuições legais, daqui em diante designados meramente como **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa:, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, XXX/XX, inscrita no CNPJ sob nºXXXXXXXXXX, representada por: **XXXXXXXXXXXX**, portador do do CPF nº XXX.\*\*\*.\*\*\*-XX, seguir denominada simplesmente como **CONTRATADA**, têm entre si, ajustado nos melhores termos de direito, o **Contrato nºXX/2026**, nos seguintes termos:

As partes assim identificadas pactuam o presente contrato, que será regido segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/2026**, e em seus anexos, especialmente o **Anexo I – Termo de Referência**, o qual é parte integrante deste Contrato, conforme segue:

## 1. Cláusula Primeira - DO OBJETO<sup>1</sup>

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, compreendendo a elaboração e execução do Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR**, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – **ASO** e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – **LTCAT**.

### 1.2 Descrição do GRUPO DE ITENS – Especificações, quantidades e valores;

GRUPO DE ITENS		Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho			
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	8800	<b>PGR</b> - Programa de Gerenciamento de Riscos	1	R\$	R\$
2	8818	<b>PCMSO</b> - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	1	R\$	R\$
3	22373	<b>ASO</b> - Atestado de Saúde Ocupacional	45 (estimado)	R\$	R\$
4	19917	<b>LTCAT</b> - Laudo Tecnico das Condições Ambientais do Trabalho	1	R\$	R\$

**1.3.** A descrição detalhada dos serviços consta no **Termo de Referência**, que integra este Contrato e deve ser integralmente observado. Os serviços deverão atender às especificações nele estabelecidas.

<sup>1</sup> Art. 92, I da Lei 14133/2021.

**2. Cláusula Segunda – VALOR DO CONTRATO<sup>2</sup>**

**2.1.** O valor total da contratação é de R\$ xxxx ( ).

**2.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, taxa de entrega, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3. Cláusula Terceira – VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO****VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze)** meses, contados a partir da data da assinatura nos termos do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

**3.2.** A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para assinar e encaminhar o contrato à Fozprev, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação por e-mail.

**3.3.** Será aceita assinatura digital.

**PRORROGAÇÃO**

**3.4.** Por se tratar de serviço contínuo, o presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do artigo 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

**3.4.1.** A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**3.5.** A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do artigo 106, III.

**4. Cláusula Quarta – DO REAJUSTE<sup>3</sup>**

**4.1.** Caso seja necessário apurar reajuste, após o interregno de um ano, mediante solicitação expressa do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.1.1.** A não solicitação expressa do contratado importará em preclusão lógica do direito ao reajuste, com base no artigo 131, § 1º da Lei 14.133/2021.

**4.2.** A data-base a ser considerada para fins de apuração do índice será a data do orçamento estimado da licitação vinculada a este contrato, qual seja, **junho de 2026**, com base no artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021.

**4.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

<sup>2</sup> Art. 92, V da Lei 14133/2021.

<sup>3</sup> Art. 92, V da Lei 14133/2021.

4.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.6. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento ou aditivo.

## **5. Cláusula Quinta - EXECUÇÃO DO OBJETO<sup>4</sup>**

5.1 O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de entrega constam de forma pormenorizada no **Termo de Referência (Execução Item 5)**, anexo a este Contrato.

## **6. Cláusula Sexta – DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO<sup>5</sup>**

6.1. A avaliação e medição da execução da compra será registrada por meio de questionário qualitativo, para fins de verificação da qualidade do objeto.

6.2. Os serviços serão **recebidos provisória e definitivamente** pelo Fiscal do Contrato, para verificação das condições de conservação e da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

### **6.3. DO RECEBIMENTO**

6.3.1. O **Recebimento Provisório** será realizado em até **02 (dois) dias úteis**, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

6.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos serviços e materiais a que se referem a parcela a ser paga.

6.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.3.5. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.3.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão

<sup>4</sup> art. 92, IV, VII e XVIII da Lei 14133/2021.

<sup>5</sup> Art. 92, VII da Lei 14133/2021.

de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.3.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**6.3.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. Cláusula Sétima – DOS PRAZOS e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO<sup>6</sup>**

**7.1.** A Fozprev pagará à CONTRATADA, pelo objeto relacionado na Cláusula Primeira, os valores unitários constantes na tabela descritiva do objeto.

**7.2.** O pagamento será efetuado em até **10 (dez)** dias do recebimento definitivo do objeto, **mediante apresentação da Nota Fiscal e documentos abaixo discriminados, os quais deverão ser providenciados pelo Fiscal do Contrato:**

I - Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa:

- a) Da Dívida Ativa Federal;
- b) De Tributos Municipais do local de sua sede;
- c) De tributos estaduais;
- d) De Regularidade perante o FGTS;
- e) Da Justiça do Trabalho;
- f) Prova de Regularidade no CNPJ.

**7.3** A entrega da Nota Fiscal deverá ser efetuada por e-mail encaminhado diretamente ao Fiscal do Contrato.

**7.4** A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa que acontecerá após o recebimento definitivo, conforme artigo 321 do Decreto 32.398/2024.

**7.5** Caso o Fiscal do Contrato não localize no sítios web as certidões acima, solicitará à empresa. A não entrega dos documentos não suspenderá o pagamento, contudo, fica advertida a CONTRATADA, de que a não apresentação das certidões Negativas ou Positivas com efeitos de Negativa, ocasiona descumprimento de obrigação contratual prevista neste instrumento, ensejando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

**7.6** Havendo erro ou imprecisão na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, esta será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se reiniciará após a regularização da situação e/ou a reapresentação da Nota, não acarretando qualquer ônus para a Foz Previdência.

**7.7** Os pagamentos somente serão efetuados após a certificação da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato no prazo pactuado.

**7.8** Verificada a pendência na entrega de Certidões de regularidade fiscal ou trabalhista, o fiscal do

<sup>6</sup> Art. 92, VI da Lei 14133/2021.

contrato comunicará tal fato ao gestor do contrato, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

**7.9** Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva do FozPREV será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**7.10.** Havendo atraso nos pagamentos devido a erro ou imprudência da CONTRATADA, o FozPREV fica isento do pagamento de juros.

**7.11.** Poderá ser suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação pendente por parte da empresa contratada, até a completa regularização;

#### **Forma de pagamento**

**7.12.** Será realizado o pagamento por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada ou por meio de boleto bancário.

**7.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.13.1.** A contratada deverá informar na fatura/nota fiscal se é ou não optante pelo Simples Nacional. Caso não seja, deverá informar a alíquota de retenção na fonte de Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 31.634, de 31 de julho de 2023.

**7.14.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.15.** Caso a Contratada não seja optante pelo Simples Nacional, será realizada a retenção de Imposto de Renda na fonte conforme alíquotas previstas na Instrução Normativa 1234/2012 da Receita Federal do Brasil RFB e nos termos do Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 31.634, de 31 de julho de 2023.

### **8. Cláusula Oitava - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA<sup>7</sup>**

**8.1** O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias: **40.01.09.272.0330.2195.3.3.90.39.0.000 – Outros serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.**

### **9. Cláusula nona - DIREITOS DAS PARTES<sup>8</sup>**

#### **9.1. Constituem direitos do CONTRATANTE:**

a) Receber o objeto deste Contrato nas condições previstas neste contrato, no termo de referência e anexos;

b) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no termo de referência anexo a este contrato e Edital da licitação e anexos, uma vez que há vinculação

<sup>7</sup> Art. 92, VIII da Lei 14133/2021.

<sup>8</sup> Art. 92, XIV da Lei 14133/2021.

legal;

- c) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- d) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na lei 14.133/2021;
- e) fiscalizar sua execução;
- f) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

#### **9.2. Constituem direitos da CONTRATADA:**

- a) Perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA<sup>9</sup>**

**10.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.2.** Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, especialmente a NR 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, referente ao GRO e ao PGR; a NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), referente ao PCMSO e à emissão do ASO; bem como as NR 15 – Atividades e Operações Insalubres e NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, aplicáveis à elaboração de laudos e avaliações ocupacionais, incluindo o LTCAT, observada também a legislação previdenciária vigente.

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**10.4.** Comunicar ao contratante, no em tempo hábil que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**10.5.** A indicar preposto da empresa para comunicação e acompanhamento para o objeto deste contrato quando necessário.

**10.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

<sup>9</sup> Art. 92, XIV, XVI, XVII da Lei 14133/2021.



**10.7.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**10.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**10.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.12.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**10.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**10.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**10.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



**10.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo a execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**10.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.22.** Se for o caso, empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, podendo subempreitar os serviços de montagem/instalação de equipamentos para aferições, sob sua responsabilidade.

**10.23.** Supervisionar e coordenar os trabalhos subempreitados, assumindo total responsabilidade pela qualidade e prazos estipulados.

**10.24.** Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse do serviço, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais.

**10.25.** Aceitar toda e qualquer fiscalização da Foz Previdência, no tocante ao objeto do presente Termo contratual, assim como ao cumprimento das obrigações previstas.

**10.26.** A contratada é responsável direta e exclusiva pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros, independente de culpa ou dolo.

**10.27.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência Social e para aprendiz.

**10.28.** Fornecer o material e mão de obra especializada necessária aos serviços propostos, não havendo nenhuma relação contratual de trabalho ou vínculo empregatício, independente de qual natureza seja dos seus colaboradores com o CONTRATANTE.

## **11. Cláusula décima primeira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE<sup>10</sup>**

**11.1.** São obrigações do Contratante:

**11.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**11.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no neste Contrato Termo de Referência;

**11.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto

<sup>10</sup> Art. 92, X, XI e XIV da Lei 14133/2021.

fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**11.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**11.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**11.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**11.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**11.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta dias).

**11.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11.12.** Suspender o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa contratada, até a completa regularização.

**11.13.** Fornecer todas as informações e documentação para a condução do processo, além de outras informações eventualmente necessárias à execução do objeto;

**11.14.** Acompanhar a visita técnica realizada pela engenheira responsável, possibilitando o acesso a todos os setores que se fizerem necessários

## **12. Cláusula décima segunda - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1** A gestão do contrato será exercida pela Chefia da Divisão de Compras, Licitações e Patrimônio da Foz Previdência ou Pelo Diretor Administrativo, em caso de vacância da função ou afastamento.

**12.2.** A execução do contrato terá o acompanhamento, controle e avaliação do Fiscal de contrato designado por ato administrativo da Fozprev, que fiscalizará, dentre outros, os aspectos qualitativos e quantitativos do serviço entregue, gerando informação a respeito dos serviços prestados.

**12.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal serão encaminhadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

**12.4.** A fiscalização será exercida no interesse do Fozprev, e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades na prestação dos serviços.

**12.5.** Ficará, ainda, a cargo do Fiscal de Contrato, e, em sua ausência, ao suplente, ou ainda, ao responsável pelo Setor de Compras e Licitações, certificar – mediante carimbo e assinatura – a nota

fiscal emitida, solicitando sua quitação, bem como solicitar e receber todos os documentos inerentes à habilitação da Contratada.

**12.6.** Deverá o Fiscal ficar atento ao cumprimento de todas as fases de execução, emitindo Certidões, quando entender necessário.

**12.7.** O fiscal deverá verificar se houve interrupção na prestação dos serviços por falha da empresa Contratada, para fins de proceder à comunicação de descontos proporcionais.

**12.8.** A fiscalização inicial, diária e mensal deverá ser observada conforme descrita detalhadamente no item 6 do Termo de Referência.

### **13. Cláusula décima terceira - DA GARANTIA**

**13.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução pelo fato de que o risco em si não se justifica, uma vez que o pagamento será efetuado somente após a efetiva **prestação de serviços**.

### **14. Cláusula décima quarta - DO TRATAMENTO DOS DADOS, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA**

**14.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**14.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**14.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**14.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**14.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**14.6.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**14.7.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**14.8.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**14.9.** O Contratado deverá ter ciência do Código de Ética da Foz Previdência, na forma do Decreto

28.606, de 8 de outubro de 2020, disponível no site oficial da autarquia.

**14.10.** O Contratado deverá ter ciência do Política de Segurança da Informação da Foz Previdência, disponível no site oficial da autarquia, especialmente para os casos de locação de sistemas de informação.

**14.11** Na disponibilização de sistemas para a Contratante, o Contratado deverá garantir que seus sistemas atendem aos princípios de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade.

**14.12** Na disponibilização de sistemas para a Contratante, o Contratado deverá garantir que existem mecanismos redundantes de backup para segurança de dados em um período de, pelo menos, um mês.

### **15. Cláusula décima quinta - SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, não sendo considerado subcontratação a execução dos serviços por meio de profissionais liberais que prestem serviços para a contratada.

### **16. Cláusula décima sexta - SANÇÕES CONTRATUAIS<sup>11</sup>**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j) Deixar de cumprir quaisquer obrigações estabelecidas neste contrato e Termo de Referência, não previstas acima.

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

<sup>11</sup> Art. 92, XIV da Lei 14133/2021.

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV. Multa:**

I - multa **de até 1% (um por cento) por dia** de atraso, omissão ou falhas nos casos de descumprimento das obrigações pela contratada, até o limite de 30 trinta dias, por infração cometida das alíneas ‘j’, **sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados.**

I.O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. **compensatória** de até 15 % (quinze por cento), no caso de inexecução total do objeto e 10% pela inexecução parcial do objeto, ambas sobre o valor total do contrato.

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.5** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**16.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**16.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**16.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **17. Cláusula Décima sétima – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL<sup>12</sup>**

**17.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**17.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**17.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**17.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

<sup>12</sup> Art. 92, XIX da Lei 14133/2021.



**17.3.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**17.4.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**17.5.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**17.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**17.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**17.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**17.6.3.** Indenizações e multas.

**17.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.8** O CONTRATANTE poderá ainda:

a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

## **18. Cláusula Décima oitava – DA VINCULAÇÃO<sup>13</sup>**

**18.1.** O presente contrato está vinculado à proposta do fornecedor vencedor do Pregão Eletrônico e ao Edital nº **xx/2026**, **Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar**, e as condições constantes deste contrato.

## **19. Cláusula Décima nona – DA LEGISLAÇÃO<sup>14</sup>**

**19.1.** Aplica-se a presente contratação a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, Decreto Municipal nº 32.398/2024, em especial Lei Federal nº 14.133/2021; e Lei Complementar Federal nº 123/2006. Normas Regulamentadoras que tratam da Segurança e Saúde no Trabalho – SST.

## **20. Cláusula Vigésima – DAS ALTERAÇÕES**

**20.1.** Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**20.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.3.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

<sup>13</sup> Art. 92, II da Lei 14133/2021.

<sup>14</sup> Art. 92, III da Lei 14133/2021.



supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125).

**20.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **21. Cláusula Vigésima primeira – DOS CASOS OMISSOS<sup>15</sup>**

**21.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **22. Cláusula Vigésima segunda – PUBLICAÇÃO**

**22.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

#### **23. Cláusula Vigésima terceira – DO FORO**

**23.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

#### **24. Cláusula Vigésima quarta – DA CONCORDÂNCIA**

**24.1.** Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Foz do Iguaçu, xx de xxxxde 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**Diretor Superintendente**  
**CONTRATANTE**  
(Assinado digitalmente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**Diretor Administrativo**  
**CONTRATANTE**  
(Assinado digitalmente)

\_\_\_\_\_  
**RESPONSÁVEL**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

**Matricula xxxx**

**Matricula xxxx**

<sup>15</sup> Art. 92, III da Lei 14133/2021.

**Foz Previdência - FOZPREV**

Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)  
do Município de Foz do Iguaçu

---

(Assinado digitalmente)

(Assinado digitalmente)